



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA - SL 08 CEP 87160-266  
FONE (44) 3245-1545

[www.mandaguacu.pr.leg.br](http://www.mandaguacu.pr.leg.br)

CNPJ 77.643.443/0001-25

[contato@mandaguacu.pr.leg.br](mailto:contato@mandaguacu.pr.leg.br)

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL**

---

#### **PARECER Nº 28/2025**

##### **I. Exposição da Matéria:**

Trata-se de **Projeto de Lei nº 29/2025**, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa “Dispõe sobre a criação no anexo II da Lei Municipal nº 1.746, de 1º de setembro de 2011, dos cargos de Advogado e Auditor Fiscal para jornada de 40 horas semanais, e da outras providências.

A matéria foi encaminhada para análise quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação.

Este é o breve relatório

##### **II. Voto do Relator:**

De acordo com a regra contida no art. 53 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão manifestar-se sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todos os projetos de lei, para efeito de admissibilidade e tramitação.

No que se refere a iniciativa, observa-se que a criação de cargos públicos na administração municipal é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo conforme estabelecem o art. 61, parágrafo 1º, II, “a”, da Constituição Federal, aplicado subsidiariamente, e os dispositivos correspondentes na Lei Orgânica Municipal, não havendo, vício de iniciativa.

Quanto à constitucionalidade e legalidade, a criação de cargos públicos efetivos deve observar os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A proposição em análise, respeita tais preceitos, uma vez que prevê a criação de cargos a serem providos mediante concurso público, com definição de carga horária compatível com as atribuições típicas das funções de advogado público e auditor fiscal, ambos essenciais ao funcionamento da administração tributária e à defesa dos interesses jurídicos do Município.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA - SL 08 CEP 87160-266  
FONE (44) 3245-1545

[www.mandaguacu.pr.leg.br](http://www.mandaguacu.pr.leg.br)

CNPJ 77.643.443/0001-25

[contato@mandaguacu.pr.leg.br](mailto:contato@mandaguacu.pr.leg.br)

No que concerne à juricidade, a proposta não afronta o ordenamento jurídico vigente, estando em conformidade com as normas constitucionais e infraconstitucionais pertinentes à matéria.

Quanto à técnica legislativa, a redação da proposição mostra-se adequada, respeitando as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis

Isto posto, **VOTO** pela tramitação regular do projeto, perante esse Casa de Leis.

### III. Decisão da Comissão

Os demais membros integrantes da Comissão votam com o relator.

### IV. Parecer Final

Diante do exposto, a Comissão de Constituição, Legislação e Redação Final opina pela **CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE, JURIDICIDADE E REGULARIDADE FORMAL** do projeto, recomendando sua tramitação normal nesta Casa Legislativa.

**Mandaguáçu, 14 de maio de 2025.**

**Luci Amorim**

Relatora

**Karina de Fátima Grossi**

Presidente

**Alessandro Mansano**

Membro



## CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

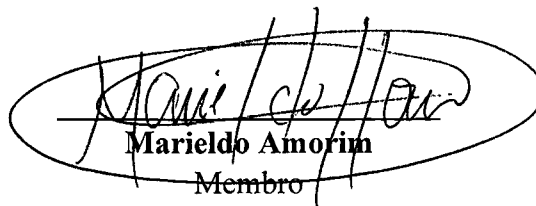
RUA BERNARDINO BOGO, 100 - CONDOMÍNIO GALERIA ITÁLIA - SL 08 CEP 87160-266

FONE (44) 3245-1545

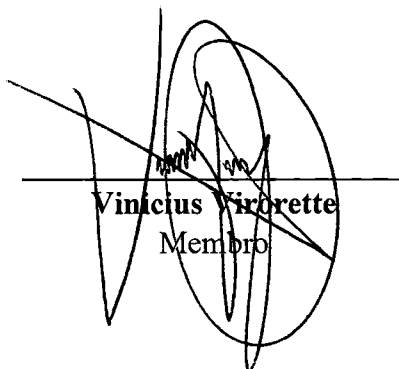
CNPJ 77.643.443/0001-25

[www.mandaguacu.pr.leg.br](http://www.mandaguacu.pr.leg.br)

[contato@mandaguacu.pr.leg.br](mailto:contato@mandaguacu.pr.leg.br)



**Marieldo Amorim**  
Membro



**Vinicius Firsirotte**  
Membro